

Políticas públicas em âmbito federal para a população LGBTQIA+: do projeto participativo ao autoritário

*Federal public policies for the LGBTQIA+ population: from a
participatory to an authoritarian project*

*Políticas públicas federales para la población LGBTQIA+:
del proyecto participativo al autoritario*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.40007>

Olivia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política (USP). Professora Adjunta do bacharelado e mestrado em Ciência Política e mestrado e doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil. E-mail: oliviaperez@ufpi.edu.br

Gustavo Gomes da Costa Santos

Doutor em Ciência Política (UNICAMP); Professor adjunto de Sociologia e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. E-mail: gustavo.gomescosta@ufpe.br

RESUMO

Este texto aborda as políticas públicas para a população LGBTQIA+ no Brasil a partir da análise dos perfis de ocupantes de cargos centrais na burocracia federal desde o início do governo petista (2003) até o governo Bolsonaro (2019-2022). A pesquisa qualitativa e documental utilizou como fontes de dados trabalhos científicos e notícias divulgadas na grande mídia para reconstruir esse histórico. Defende-se que o projeto político petista, ainda que com limites, pode ser considerado participativo, enquanto o projeto que ocupou o governo federal desde Michel Temer até o governo Bolsonaro pode ser classificado como autoritário. A pesquisa mostra como projetos políticos autoritários e participativos entraram em disputa, ameaçando os direitos para a população LGBTQIA+.

Palavras-Chave: LGBTQIA+; movimentos sociais; projetos políticos; projeto autoritário.

ABSTRACT

This text addresses public policies for the LGBTQIA+ population in Brazil by analyzing profiles of occupants of central positions in the federal bureaucracy from the beginning of the Worker's Party (PT) government (2003) to the Bolsonaro government (2019-2022). The qualitative and documental research used scientific works and news published in the mainstream media as data sources to reconstruct this history. It is argued that the PT political project, even with limits, can be considered a participatory one, while the project that

occupied the federal government from Michel Temer to the Bolsonaro government can be classified as authoritarian. The research shows how authoritarian and participatory political projects came into dispute, threatening the rights of the LGBTQIA+ population.

Keywords: LGBTQIA+; social movements; political projects; authoritarian project.

RESUMEN

Este texto aborda las políticas públicas para la población LGBTQIA+ en Brasil a partir del análisis de los perfiles de ocupantes de cargos centrales en la burocracia federal desde el inicio del gobierno del Partido de los Trabajadores (PT) (2003) hasta el gobierno de Bolsonaro (2019-2022). La investigación cualitativa y documental utilizó trabajos científicos y noticias publicadas en los principales medios de comunicación como fuentes de datos para reconstruir esta historia. Se argumenta que el proyecto político del PT, aun con límites, puede ser considerado participativo, mientras que el proyecto que ocupó el gobierno federal desde Michel Temer hasta el gobierno de Bolsonaro puede ser catalogado como autoritario. La investigación muestra cómo los proyectos políticos autoritarios y participativos entraron en disputa, amenazando los derechos de la población LGBTQIA+.

Palabras clave: LGBTQIA+; movimientos sociales; proyectos políticos; proyecto autoritario.



Introdução

Este texto analisa as políticas públicas para a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero, queer, intersexo e assexual (doravante LGBTQIA+)¹ no Brasil a partir da análise dos perfis de ocupantes de cargos federais responsáveis pelas políticas públicas para este segmento da população assim como alguns marcos no campo. O texto aborda marcos no campo dos direitos LGBTQIA+ no Brasil desde o início do período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ascendeu ao governo federal com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente em 2002, até a gestão de Jair Bolsonaro - eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), permanecendo no cargo até 01 de janeiro de 2023.

Defendemos que a gestão petista no governo federal (de 2003 a meados de 2016) buscou implementar um projeto político participativo, ainda que com limites, no que concerne à população LGBTQIA+. A partir de 2016, como resultado do controverso processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff que levou à ascensão de seu vice, Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB²), observou-se a emergência do projeto político autoritário em âmbito federal, aprofundado após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

O conceito de projeto político que norteia a presente reflexão foi elaborado por Evelina Dagnino *et al.* (2006). De inspiração gramsciana, o conceito de projeto político é entendido como “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino *et al.*, 2006:38). A noção de projeto não se restringe a formulações abrangentes e sistematizadas, mas sim recobre um amplo leque de formatos nos quais “representações, crenças e interesses se expressam em ações políticas com distintos graus de explicitação e coerência” (Dagnino *et al.*, 2006:39). Esta flexibilidade permite levar em conta a multiplicidade e a diversidade dos sujeitos políticos, expressando o vínculo indissolúvel entre a cultura e a política. Ao invés de representarem esquemas totalizadores, os projetos políticos serão sempre “combinações de uma variedade de dimensões, com pesos e ênfases variáveis na configuração de cada projeto” (Dagnino *et al.*, 2006:39).

A noção de projeto político permite-nos apreender a complexidade do processo de construção democrática, particularmente no que diz respeito às relações entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil não seria um ator social unificado e portador da “virtude democrática”, mas

¹ A inclusão de novas letras para simbolizar os diferentes segmentos do movimento político pela livre orientação sexual e identidade de gênero tem sido uma prática corrente na última década. Tendo em vista a crescente visibilidade de diferentes identidades, convencionou-se adicionar o símbolo “+” para demonstrar que esta sigla não é restritiva, estando aberta para a mobilização de novos sujeitos políticos.

² Tendo em vista a onda anti-partidária observada no Brasil desde 2013, diversos partidos políticos retiraram o nome “partido” de suas denominações. No caso do PMDB, o presidente do partido Romero Jucá decidiu em 2017 retomar a antiga denominação do partido (Movimento Democrático Brasileiro), fundado em 1966.

sim uma arena/esfera da sociedade composta por atores sociais heterogêneos que adotam formatos organizacionais distintos, assim como aderem a diferentes projetos políticos. Da mesma forma, o Estado não seria um ente institucional unificado, mas composto por diferentes instituições ocupadas por distintos atores sociais articulados a diversos projetos políticos (mais ou menos democratizantes), em muitos casos em disputa entre si.

A noção de projetos políticos também possibilita analisar as complexas relações entre sociedade civil e Estado por meio dos trânsitos de indivíduos entre as duas esferas. Estes trânsitos, bastante comuns na América Latina, permitem superar a dicotomia artificial entre sociedade civil e Estado e compreender as transformações e continuidades dos projetos políticos que transitam. A noção também permite entender que o projeto autoritário não está inscrito apenas no Estado ou na sociedade civil, mas nos dois, dado o imbricamento de ambas as esferas.

Ainda segundo Dagnino *et al.* (2006), na América Latina seria possível identificar ao menos três projetos políticos que estariam em disputa no processo de construção democrática: o projeto participativo, o projeto neoliberal e o projeto autoritário. Os dois primeiros projetos emergem no contexto de crise das ditaduras militares na região na década de 1980. A transição política para os regimes civis abriu importantes oportunidades políticas para o avanço do projeto participativo defendido pelos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil que lograram, a exemplo do caso brasileiro, certo grau de institucionalização em âmbito nacional. A crise da dívida externa, o colapso do socialismo real e o avanço do chamado “Consenso de Washington” levaram o projeto político neoliberal a uma posição hegemônica na região, capaz inclusive de se apropriar e ressignificar certas pautas caras ao projeto participativo, naquilo que Dagnino identificou como “confluência perversa”.

Após as transições democráticas vivenciadas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 foi possível observar a perda de viabilidade política do projeto político autoritário, dada a aceitação crescente da democracia liberal-representativa como modelo ótimo de organização política (Dagnino *et al.*, 2006:45). Contudo, alertam os autores, o projeto autoritário se encontraria em estado de latência e, a depender da conjuntura política e social, poderia ganhar novo fôlego na disputa política. Consideramos que o Brasil é um importante exemplo na região de ressurgimento do projeto autoritário, que ganhou força durante o governo de Temer até tomar as instituições do Estado com a administração de Bolsonaro.

Com base nesse referencial teórico, o trabalho analisa o perfil daquelas(es) que ocuparam cargos de gestão das políticas públicas federais no campo dos direitos para a população LGBTQIA+ e alguns marcos no campo. Primeiro abordamos a gestão petista e posteriormente as transformações representadas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Por meio dessa reconstrução

analítica, argumentamos que o projeto político petista pode ser considerado participativo, enquanto o projeto político Bolsonarista foi autoritário.

A pesquisa tem a intenção de colaborar com a literatura sobre movimentos sociais e Estado ao traçar tais relações tanto no projeto petista, quanto no projeto autoritário, representado pelo governo Bolsonaro. Como o foco da pesquisa foram as políticas públicas destinadas à população LGBTQIA+, espera-se também contribuir para um balanço das conquistas e retrocessos nessa área.

Metodologia

Essa é uma pesquisa qualitativa e documental que utilizou dados secundários como fontes. Especificamente, foram consultados livros e artigos que tratam de avanços e retrocessos na área LGBTQIA+, bem como notícias divulgadas na grande mídia a respeito dessas discussões.

A escolha do material científico consultado obedeceu ao critério do trabalho fazer um balanço das políticas públicas LGBTQIA+. No caso da gestão petista, há alguns balanços sobre o tema (cf. Mello *et al.*, 2012; Gomes da Costa, Feitosa, 2017; Gomes da Costa, Perez, Szwako, 2017; Pereira, 2023), por isso foram consultados trabalhos científicos e informações divulgadas pela mídia. Já em relação aos governos Temer e Bolsonaro, há poucas análises nesse sentido (destaca-se a de Pereira, 2023), assim sendo os dados são de notícias veiculadas na grande imprensa. Especificamente para a coleta de informações sobre as gestões de Temer e Bolsonaro, utilizamos como critério a busca de notícias no meio virtual que mostravam o perfil de ocupantes de cargos na área no governo federal. Isso foi feito digitando em sites de buscas palavras-chaves como “secretário governo federal” e “governo federal” adicionando filtros como “LGBT” “LGBTQIA+”, “sexualidade”, “Temer” e “Bolsonaro”. O nome dos secretários responsáveis pelas pastas e os principais resultados remeteram a notícias divulgadas principalmente no jornal Folha de S. Paulo e no Portal de notícias G1.

O fio condutor para a seleção das notícias e análise dos projetos políticos em disputa foi o perfil dos ocupantes dos Ministérios e Secretarias responsáveis pelas políticas públicas federais para a população LGBTQIA+, desde o início da gestão Lula em 2003 até a gestão do governo Bolsonaro. A escolha por analisar os perfis dos ocupantes de Ministérios e Secretarias baseia-se nos *insights* da literatura brasileira sobre participação social que tem apontado a relevância dos trânsitos de atores da sociedade civil para as instâncias estatais (Abers, Von Bülow, 2011; Abers, Serafim, Tatagiba, 2014; Gurza Lavalle *et al.* 2017). Esses trabalhos mostram que os movimentos sociais não devem ser estudados apartados das instituições estatais, pois ambos se influenciam mutuamente. Tais estudos rompem com diagnósticos da suposta “cooptação” dos movimentos sociais pelo Estado, salientando a heterogeneidade deles e de suas agências que seriam

permeáveis às demandas da sociedade civil – a depender dos projetos políticos defendidos por seus agentes e os atores da sociedade civil.

Com base nos ensinamentos desta literatura, optamos por estudar o perfil de ocupantes de cargos no governo federal que decidissem sobre direitos LGBTQIA+, atentando para o fato de quanto a trajetória dessas pessoas e suas decisões tinham relação com os movimentos sociais da área. Dentre todos os cargos, escolhemos aqueles centrais na definição de políticas públicas para verificar o quanto as decisões tomadas abriram ou fecharam os canais de participação para os movimentos sociais do campo.

Consideramos participativos os projetos políticos de governos que proporcionaram a inserção de movimentos sociais LGBTQIA+ na construção de políticas públicas. Em um sentido oposto, autoritários seriam aqueles que excluíram os militantes das decisões. O indicador principal para a definição desses projetos foi o fato de os ocupantes de cargos centrais na burocracia federal pertencerem ao campo movimentalista e tomarem decisões que proporcionassem a participação de outros militantes na formulação de políticas públicas.

Do conjunto de dados foram extraídas aquelas informações sobre os perfis de ocupantes de cargos centrais para as políticas públicas LGBTQIA+ e algumas decisões que representam os projetos políticos em curso no governo federal brasileiro. As informações foram organizadas em sentido histórico, considerando o projeto político à frente do governo federal (participativo no caso dos presidentes filiados ao PT; transição para o autoritarismo com Michel Temer e autoritário no caso de Jair Bolsonaro e do projeto que ele representa).

A procura pelo perfil dos ocupantes de cargos federais na área LGBTQIA+ remeteu a notícias sobre decisões ou situações envolvendo o nome desses gestores e essas também são reproduzidas no texto a partir da compreensão de que se tratam de marcos do campo. Nesse sentido, as informações divulgadas sobre decisões ou situações que envolveram políticas públicas federais na área LGBTQIA+ não são resultados de análises sistemáticas, mas sim da reprodução de informações encontradas na busca sobre o perfil dos ocupantes de cargos de alto escalão na área. Por isso elas expressam a visão dos veículos midiáticos onde foram divulgadas. Ainda nesse sentido, os marcos na área coletados a partir da literatura que traça balanços, em especial das gestões petistas, também não foram fruto de um levantamento sistemático, e sim coletados e reproduzidos a partir do olhar dos autores que fizeram esses balanços.

Salientamos que esse é um texto que traça um panorama geral de como a relação entre movimentos sociais LGBTQIA+ e governo federal ocorreu no Brasil desde o início das gestões petistas até o governo Bolsonaro. O objetivo é introduzir e contextualizar os trabalhos apresentados no presente dossiê temático “Movimentos Sociais e Direitos LGBTQIA+ Possibilidades e

disputas”. Como são abordadas diversas gestões, perde-se no detalhamento de cada uma delas, mas ganha-se na possibilidade de um olhar mais amplo sobre os períodos.

Resultados e discussão

O projeto participativo nos governos petistas

Conforme Dagnino *et al.* (2006) a demanda por espaços de participação da sociedade na gestão do Estado já estava presente nas pautas reivindicatórias dos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil ainda no contexto ditatorial brasileiro. Como resultado direto das mobilizações desses atores, a Constituição de 1988 estabelece a participação da população na formulação de políticas públicas (artigos 198, inciso III e 204, inciso II), além de prever mecanismos de democracia direta a exemplo de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (Artigo 14).

Embora não tenha sido o pioneiro na implementação de experiências de participação social, a gestão petista no governo federal a ampliou em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, nos governos do PT cresceram em número e importância as chamadas instituições de participação (IPs) em âmbito federal, a exemplo da realização da 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais GLBT e LGBT³. A 1ª Conferência GLBT realizada em 2008 foi um marco para o movimento LGBTQIA+ brasileiro, uma vez que contou com a presença do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sedimentando as demandas e prioridades deste segmento populacional como “questão de governo” (Gomes da Costa, Perez, Szwako, 2017; Pereira, 2023). Em segundo lugar, a chegada do PT no governo federal resultou em diversas experiências de trânsito de militantes de diversos movimentos sociais para a burocracia federal, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sintonizadas com as demandas dos movimentos (Pires, Vaz, 2014).

Durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) ambos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), diversos ativistas e organizações LGBTQIA+ apostaram em parcerias e trabalhos conjuntos com o poder público. A literatura acadêmica sobre o tema (Mello *et al.*, 2012; Gomes da Costa, Perez, Szwako, 2017; Feitosa, 2017; Aguião, 2018; Pereira, 2023) elenca o programa “Brasil sem Homofobia” (de 2004), primeira política pública voltada para a população LGBTQIA+ em nível nacional, como um dos resultados dessa parceria e simboliza os dilemas da promoção dos direitos sexuais no país. Além de reconhecer a pauta de orientação sexual

³ Uma das decisões tomadas na 1ª Conferência GLBT realizada em 2008 foi adotar o acrônimo “LGBT” ao invés de “GLBT”, seguindo uma tendência global de dar maior visibilidade ao segmento de Lésbicas no coletivo. Para uma análise mais aprofundada da 1ª Conferência, vide Aguião, 2018.

e identidade de gênero enquanto pauta de direitos humanos, as ações do programa possibilitaram a destinação de recursos públicos para diversas iniciativas voltadas à produção de conhecimento sobre a população LGBTQIA+ e a implantação de órgãos de defesa e promoção de direitos humanos. Contudo, as iniciativas do programa sofreram com a fraca institucionalização (Mello *et al.*, 2012; Gomes da Costa, Feitosa, 2017; Pereira, 2023) destas políticas, demonstrada pela ausência de marcos legais específicos e de dotações orçamentárias regulares para sua implementação. Ademais, as iniciativas do programa foram alvos de diversas críticas de membros da coalizão governamental e da liderança do executivo, a exemplo da suspensão do “Escola sem homofobia” que exploraremos mais adiante.

O trânsito de militantes da sociedade civil para o aparato estatal – marca das gestões petistas – pode ser mais bem compreendido quando se analisa os indivíduos que ocuparam cargos relevantes na burocracia federal. Durante os governos Lula, as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ estavam subordinadas à Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

No início do primeiro mandato de Lula como presidente, em 2003, foi escolhido para o comando da Secretaria dos Direitos Humanos um dos fundadores do PT, o jornalista Nilmário Miranda. Miranda tinha longa trajetória de atuação na área. Sua breve gestão como secretário de Direitos Humanos do governo Lula ganhou visibilidade pública em decorrência da elaboração da controversa cartilha Politicamente Correto e Direitos Humanos (Queiroz, 2004) conhecida pela mídia como “Cartilha do Politicamente Correto”. Apesar das críticas, é importante ressaltar a relevância dessa publicação: pela primeira vez a defesa dos direitos para as chamadas minorias sociais ganhava centralidade na administração federal.

O próximo secretário dos Direitos Humanos foi Mário Mamede Filho, médico e deputado estadual pelo PT entre 1990 e 1994. O secretário assumiu a pasta em 2005, ano em que o órgão ganhou *status* de Ministério. A medida colocou a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) no mesmo patamar das outras áreas do Executivo, ampliando o escopo de sua ação. O *status* de ministério da SEDH também beneficiou diretamente as políticas públicas para a população LGBTQIA+, que estavam sob sua guarda.

Em 2006 a Secretaria passou para a gestão de Paulo de Tarso Vannuchi, também jornalista e filiado ao PT. Vannuchi teve participação importante nos movimentos de esquerda durante o regime militar e depois com a redemocratização, passou a defender os direitos daqueles que foram torturados durante o regime autoritário. Durante a gestão de Vannuchi foi criada a Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTQIA+) em 2009, subordinada ao Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da SEDH. A criação da Coordenadoria LGBTQIA+ foi uma das demandas da 1ª Conferência Nacional LGBTQIA+ e constava, também, entre as ações planejadas no plano “Brasil sem homofobia”. A

criação da coordenadoria foi um marco, na medida em que se tratava do primeiro órgão da administração federal a centralizar as ações de promoção de direitos voltados à população LGBTQIA+. Concorreram ao cargo de 1º coordenador do órgão três filiados ao PT com atuação no movimento LGBTQIA+ nacional: Léo Mendes do movimento gay de Goiás e secretário de comunicação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Fernanda Benvenutty do movimento trans da Paraíba; e Michelle Meira do Ceará, também do movimento LGBTQIA+ (A Capa, 2009). Esta última acabou por ser a selecionada pelo então ministro Vennuchi. Meira é uma ativista lésbica ligada ao PT cearense e começou sua carreira política na assessoria parlamentar da então vereadora de Fortaleza, Luizianne Lins (PT). Na prefeitura de Fortaleza em 2005, Meira foi responsável pela implantação do Centro de Referência LGBTQIA+ Janaína Dutra, a primeira Coordenadoria da Diversidade Sexual da capital cearense (A Capa, 2009).

Meira ocupou o cargo até 2010, sendo substituída pelo paranaense Igo Martini. Martini ganhou visibilidade no ativismo LGBTQIA+ nacional ao coordenar o projeto Aliadas da ABGLT, programa de *advocacy* de direitos LGBTQIA+ no Congresso Nacional. Em entrevista concedida quando da sua nomeação, informou que uma das prioridades de sua gestão seria a execução das iniciativas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQIA+ (Lado A, 2010). Na sua ótica, a aprovação de leis favoráveis à população LGBTQIA+, como o então projeto de parceria civil registrada e de criminalização da homofobia, estaria entre as prioridades de sua gestão na coordenação.

Foi durante a passagem de Martini pela coordenação que foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+ (CNCD-LGBTQIA+), espaço de interlocução entre setores da sociedade civil e Estado. A proposta de criação do conselho LGBTQIA+ contou com a forte oposição da bancada evangélica que, após pressionar o Executivo, conseguiu a exclusão do termo “LGBTQIA+” (Folha de S. Paulo, 2009), levando o governo Lula a optar por criar Conselho LGBTQIA+ via decreto presidencial (Decreto n° 7.388, de 9 de dezembro de 2010) e não por meio de uma lei. A derrota da proposta de criação do CNCD-LGBTQIA+ é ilustrativa das dificuldades que a pauta dos direitos LGBTQIA+ têm vivenciado no legislativo federal. Diversas propostas favoráveis a esta população, como os projetos de lei da Parceria Civil Registrada entre pessoas do Mesmo Sexo (PL 1151/1995), de Criminalização da homofobia e transfobia (PLC 122/2006) e de Estatuto das Famílias⁴ (PL 674/2007), foram alvos da oposição ferrenha de parlamentares religiosos cristãos e recorrentemente utilizadas como “moeda de troca” nas negociações destes parlamentares

⁴ A primeira versão do projeto incluía o reconhecimento de diferentes arranjos familiares, dentre eles as chamadas famílias homoafetivas. Contudo, em virtude da ferrenha oposição dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica, o projeto de lei foi modificado passando a se intitular “Estatuto da Família” e tendo todas as menções às uniões homoafetivas retiradas.

e o poder executivo (Gomes da Costa, Melo, 2019). Apesar dos avanços que a pauta dos direitos LGBTQIA+ experimentou nas duas últimas décadas, não há ainda no Brasil nenhuma lei em âmbito federal que estenda direitos a este segmento da população ou mesmo o reconheça como sujeito de direitos.

A criação do conselho LGBTQIA+ via decreto também aponta para um dos desafios das políticas públicas LGBTQIA+: sua fragilidade institucional (Mello *et al.*, 2012). Essa fragilidade se repete nos âmbitos estaduais e municipais, nos quais os órgãos da administração pública responsáveis pela promoção de direitos LGBTQIA+ não estão previstos em leis ou outras normativas, não possuem dotação orçamentária específica, além de dependerem, na maioria dos casos, da boa vontade de governadores e prefeitos para sua existência e funcionamento (Gomes da Costa, Feitosa, 2017).

A eleição de Dilma Rousseff também pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2011 levou a mudanças na SEDH. A professora e deputada federal Maria do Rosário assumiu a pasta e, ao tomar posse, cobrou do Congresso a aprovação do projeto de lei que criava a Comissão da Verdade e prometeu cumprir as metas do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. Na sua gestão, quem assumiu a coordenadoria LGBTQIA+ foi o gaúcho Gustavo Bernardes, filiado ao PT e membro do grupo Somos, atuante no movimento LGBTQIA+ local. O coordenador afirmou que a criminalização da homofobia seria prioridade da gestão da ministra Maria do Rosário (A Capa, 2011). Para tanto, Bernardes elencou três medidas: a) qualificação do sistema de monitoramento das violências contra LGBTQIA+; b) criação do disque Direitos Humanos (disque 100); c) sensibilização da sociedade brasileira e dos parlamentares em relação à relevância da aprovação do PLC 122 que criminaliza os atos homofóbicos e transfóbicos (A Capa, 2011).

Durante a sua passagem pela coordenadoria ocorreu o episódio da suspensão, pelo executivo federal, da distribuição do “Escola Sem Homofobia”, material produzido pelo Ministério da Educação (MEC) para capacitar professores de escolas públicas do ensino médio a tratar das temáticas de gênero e sexualidade na sala de aula. Tachado de “kit gay” pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, o material foi alvo de intensa oposição de parlamentares da bancada evangélica, muitos deles integrantes da base governista no Congresso Nacional. Estes ameaçaram convocar o então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, para testemunhar no Congresso Nacional sobre, entre outras questões, a evolução do seu patrimônio. Pressionada, a presidenta Dilma Rousseff suspendeu a distribuição do material, afirmando que seu governo não faria “propaganda de opção sexual” (G1, 2011). A declaração foi fortemente criticada pelo movimento LGBTQIA+, inclusive do setorial LGBTQIA+ do PT, que se posicionou publicamente contra a medida da presidenta (Richard, 2011).

A Ministra Maria do Rosário deixou a pasta em 2014, sendo substituída pela ministra Ideli Salvatti, também uma das fundadoras do PT e com larga trajetória de ativismo em movimentos

sociais. Sua chegada ao ministério resultou em mudanças na coordenação LGBTQIA+, que passou a ser ocupada pela funcionária pública Samanda Alves Freitas. Membro do CNCD/LGBTQIA+, Freitas representava a gestão pública no Conselho, não possuindo uma participação prévia no ativismo LGBTQIA+. A passagem da gestora na coordenação foi breve, assim como a da ministra Idelli Salvati pela SEDH, que foi substituída pelo deputado gaúcho Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, em abril de 2015. Médico de formação e com experiência no movimento estudantil, Pepe Vargas ocupou a pasta até a sua extinção em outubro de 2015. Durante a sua passagem, a paraense Symmy Larrat assumiu a coordenadoria LGBTQIA+. Membro da ABGLT, Larrat teve papel de destaque na elaboração da resolução do uso do nome social para a população de travestis e transexuais publicada “no apagar das luzes” do governo Dilma Rousseff (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016).

Em 2015, pressionada pela crise política que levou ao seu *impeachment* no ano seguinte, Dilma promoveu uma reforma no seu gabinete, reduzindo o número de Ministérios de 39 para 31. Nessa reforma, a Secretaria Especial de Direitos Humanos foi atingida, tendo sido fundida à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, assim como à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; juntas, elas formaram o novo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH). Ali já se esboçavam mudanças na direção do governo e apontavam para a perda de prioridade da pauta de direitos LGBTQIA+ em âmbito federal.

Para a coordenação do recém-criado MMIRDH foi escolhida a pedagoga Nilma Lino Gomes, que também foi reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e exerceu um importante papel na luta contra o racismo. A ministra permaneceu no cargo até o dia do afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado Federal, em maio de 2016. Nilma Gomes não era filiada a nenhum partido político: a ex-presidenta a escolheu por se tratar de um nome “técnico”. O distanciamento com relação aos partidos, ainda que passível de problematizações, ficará mais evidente nos governos posteriores.

Ao analisarmos a breve reconstituição dos ocupantes da SEDH e da coordenadoria LGBTQIA+, nota-se a tendência das gestões petistas até 2015 de indicar ministros vinculados historicamente ao Partido dos Trabalhadores e com trajetória em movimentos sociais e lutas políticas em prol dos direitos humanos.

Essa forma de gestão se alterou em meados de 2016 quando Dilma Rousseff foi destituída do cargo, antes de concluir seu segundo mandato, após controverso processo de *impeachment*. Em seu lugar assume seu vice, Michel Temer (PMDB).

A chegada de Temer ao executivo foi viabilizada por uma ampla frente conservadora que se estruturou no Congresso Nacional brasileiro, alinhada a um projeto político fortemente pautado pela

chamada “agenda dos costumes” em articulação com outras agendas caras ao projeto neoliberal, a exemplo da redução de direitos trabalhistas.

O ressurgimento do projeto autoritário

A gestão de Michel Temer (MDB) no governo federal a partir de 2016 pode ser considerada um período de transição, já que os militantes dos movimentos sociais nas áreas analisadas começaram a sair do governo federal e os secretários e ministros escolhidos já demonstravam posicionamentos mais próximos ao projeto autoritário que ascenderia ao governo federal com a eleição de Jair Bolsonaro.

Ainda em 2016 o MMIRDH foi extinto e suas secretarias (de Direitos Humanos, das Mulheres e da Promoção da Igualdade Racial) passaram a se vincular ao Ministério da Justiça. Para ocupar a nova Secretaria de Direitos Humanos, Temer convidou sua ex-orientanda de mestrado Flávia Piovesan. Professora de Direito na PUC-SP e procuradora do estado de São Paulo, Piovesan possui uma vasta obra acadêmica sobre direitos humanos, particularmente em âmbito internacional. No novo organograma institucional, a então coordenadoria LGBTQIA+ continuou sob a alçada da SDH. A ministra Piovesan convidou a gaúcha Marina Reidel para ocupar a coordenação em novembro de 2016, por sugestão da então vice-presidente do CNCD/LGBTQIA+, Roselaine Dias, da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) (Feitosa, 2018). Membro do CNCD/LGBTQIA+, da Associação de Estudos da Homocultura (ABEH) e então coordenadora LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul (sob a gestão do então governador José Ivo Sartori, do PMDB), Reidel afirmou em entrevista (Feitosa, 2018) que relutou em aceitar o convite, tendo em vista que “seria acusada de golpista” (Feitosa, 2018:69) por setores do ativismo LGBTQIA+ com vinculação ao PT. No entanto, Reidel assumiu a coordenação após angariar apoio do CNCD/LGBTQIA+, receosa de que a não indicação de um nome por parte do movimento social para ocupar a coordenação pudesse resultar na extinção do órgão e das iniciativas de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+.

A coordenação LGBTQIA+ passou a integrar em 2017 a estrutura do novo Ministério dos Direitos Humanos. A mudança de orientação do Ministério, refletida em seu novo nome (que omite a luta pela igualdade racial e de gênero) já apontava para o modo como as desigualdades seriam tratadas no novo governo.

Para chefiar o novo Ministério dos Direitos Humanos foi escolhida Luislinda Valois, jurista, magistrada e política. Valois foi filiada ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de 2013 até 2017. No PSDB, sua imagem era utilizada como símbolo dos tucanos para a busca de igualdade racial, tendo em vista seu histórico na militância contra o racismo e contra a intolerância religiosa no Brasil. Nesse sentido, a nomeação da Ministra também foi uma forma de responder às

críticas acerca da ausência de mulheres e negros no primeiro escalão do governo Temer (Folha de S. Paulo, 2016). Contudo, ela foi demitida do Ministério dos Direitos Humanos após se envolver em polêmicas em torno do seu pedido para exceder o teto salarial, baseado na alegação de que fora vítima de “trabalho escravo”. Após a repercussão negativa, ela desistiu do pedido (G1, 2018), sendo substituída no ministério por Gustavo Rocha, que ficou conhecido nacionalmente por ter sido advogado de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, bem como por ser ligado a autoridades do PMDB.

A coordenação LGBTQIA+ foi promovida ao *status* de Diretoria em 2017 com a criação do novo Ministério dos Direitos Humanos, continuando a ser ocupada por Marina Reidel. Durante o governo Temer, Reidel elencou duas iniciativas da Diretoria LGBTQIA+: 1) o lançamento de um vídeo da campanha “Deixe seu preconceito de lado”, em 2017 (Brasil, 2017); 2) a construção do Pacto Contra a Violência LGBTfóbica, em 2018, para articular ações de enfrentamento da violência contra a população LGBT, de maneira integrada e considerando a necessidade do esforço político de cada ente federado (Brasil, 2018).

A promoção da coordenação ao *status* de diretoria não representou melhorias substanciais nas iniciativas governamentais direcionadas à população LGBTQIA+. Pelo contrário. Em 2017, o governo Temer reduziu a zero os recursos direcionados especificamente para a população LGBTQIA+, de acordo com levantamento realizado pelo site “Aos fatos” (Nalon, 2017). A campanha “Deixe seu preconceito de lado” foi criticada por lideranças do movimento LGBTQIA+ por ter sido “tímida”, uma vez que não foram direcionados recursos suficientes para a sua expansão nos meios de comunicação de massa (Nalon, 2017). O presidente da Aliança LGBTQIA+, Toni Reis, sugeriu uma relação entre a redução de recursos para as políticas LGBTQIA+ e o aumento da violência homofóbica e transfóbica, que testemunhou a maior média de assassinatos desde 2008, de acordo com levantamento feito nos jornais pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (Nalon, 2017).

Em 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro no poder, o debate acerca dos direitos humanos ganhou novos contornos. O próprio nome dado ao novo ministério (Mulher, Família e Direitos Humanos) indica o conservadorismo do projeto bolsonarista. A mulher aparece ao lado da família, cabendo a ela, nessa perspectiva, ser o esteio da família heterossexual, cuidando dos filhos, do marido e de outros parentes.

O novo Ministério abrigou oito secretarias: 1) Políticas para as Mulheres; 2) Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 3) Família; 4) Juventude; 5) Direitos da Pessoa com Deficiência; 6) Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; 7) Direitos da Criança e do Adolescente; 8) Proteção Global. A Secretaria Nacional de Proteção Global passou a abrigar a Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, responsável por

desenvolver políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Para o Ministério foi nomeada a pedagoga, advogada e pastora evangélica Damares Alves. A Ministra causou polêmica após divulgar um vídeo na internet logo após a vitória de Jair Bolsonaro alegando que “a nova era começou”, e que a partir de então “menino veste azul e menina veste rosa” (G1, 2019c). A declaração da Ministra esteve na contramão das pautas básicas dos movimentos sociais progressistas, a exemplo da equidade de direitos entre homens e mulheres e explicitava o projeto político do novo governo no que concernia os direitos sexuais e reprodutivos: a defesa intransigente do binarismo de gênero e a oposição ao aborto e às pautas dos direitos LGBTQIA+.

Mesmo assim, a Ministra sinalizou que as políticas públicas para a população LGBTQIA+ seriam mantidas e aprimoradas, inclusive mantendo na chefia da Diretoria, Marina Reidel. Em entrevista (Montesanti, 2019), Reidel afirmou que a “resistência à pauta LGBTQIA+ hoje não é diferente em comparação a quando chegou ao Ministério, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016” (Montesanti, 2019). Reidel detalhou que o diálogo com a ministra Damares Alves era produtivo e evitou tecer comentários negativos ao presidente Bolsonaro, mesmo em episódios de homofobia explícita quando da divulgação de um vídeo escatológico durante o carnaval (Montesanti, 2019). Reidel elencou o combate à violência contra a população LGBTQIA+ e a empregabilidade de travestis e transexuais como prioridades da diretoria LGBTQIA+ no governo Bolsonaro.

A despeito do otimismo da diretoria LGBTQIA+, o que se observou no governo Bolsonaro foi a institucionalização da homofobia na gestão governamental. Além das recorrentes declarações homofóbicas do presidente, seu governo implementou diversas iniciativas contrárias à população LGBTQIA+. Dentre elas podemos elencar a extinção do departamento de AIDS junto ao Ministério da Saúde (G1, 2019a), a extinção do CNCD/LGBTQIA+ (Feitosa, 2021; Jucá, 2019), a orientação ao Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) para defender o binarismo de gênero nas instituições internacionais (Folha de S. Paulo, 2019a), além da elaboração, pelo Ministério da Educação (MEC), de um projeto de lei para proibir a chamada “ideologia de gênero” nas escolas (Folha de S. Paulo, 2019b). Esta última iniciativa estava em sintonia com as pautas de setores conservadores e religiosos que foram fundamentais na eleição de Bolsonaro.

É importante enfatizar que a agenda anti-gênero foi central na articulação da frente de apoio à candidatura de Bolsonaro. Foi justamente a Ministra Damares Alves uma das pioneiras a denunciar durante suas pregações na Primeira Igreja Batista, ainda em 2013, a suposta existência de cartilhas escolares “ensinando homossexualidade”. Jair Bolsonaro levou a história ao Jornal

Nacional em 2018, denunciando o PT por supostamente “promover a homossexualidade” por meio de cartilhas distribuídas nas escolas.

Nesse mesmo sentido do combate à “ideologia de gênero” (Junqueira, 2018; Miskolci, Campana, 2017), a base governista de Jair Bolsonaro (PSL) defendeu em âmbito federal o PL 867/2015 e outros quatro projetos de lei que seguiam as diretrizes do Movimento “Escola sem Partido”. O projeto surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais, defendendo a necessidade da suposta “imparcialidade” e “neutralidade” de docentes e evitando que eles usassem suas aulas para promover “visões políticas”. Projetos como o “Escola sem partido” colocam em risco também as discussões sobre gênero, já que defender a igualdade entre homens ou mulheres ou dos movimentos feministas seria enquadrado como “doutrinação” e, portanto, proibido nas escolas. É importante frisar que a inclusão do termo “ideologia de gênero” nos projetos de lei de “Escola sem partido” ocorreu apenas em 2014, com vistas a capitalizar o apoio dos setores religiosos à proposta (Miguel, 2016).

Além do caráter homofóbico e transfóbico do governo Bolsonaro, é possível perceber outras tendências que sinalizam a força do seu projeto político autoritário. Sua gestão se diferenciou das demais por não escolher lideranças filiadas ao partido pelo qual chegou à presidência (o PSL). O presidente foi eleito pela coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” formada pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Já a comandante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves era, desde 2015, assessora parlamentar do senador Magno Malta, do Partido da República (PR), uma das principais figuras da bancada evangélica. A Ministra era desconhecida da esfera política, mas tinha forte atuação nas redes sociais, sendo uma figura de destaque entre os evangélicos.

A retórica anti-partido levou Bolsonaro a abandonar o PSL após disputas entre ele e o presidente do partido, Luciano Bivar, tornando-se o primeiro presidente sem partido desde a redemocratização (G1, 2019b). Após o pedido de desfiliação, Bolsonaro passou a engajar-se na criação de seu próprio partido, Aliança pelo Brasil, reforçando o caráter personalista e autoritário do bolsonarismo. Sem sucesso, o agora ex-presidente migrou para o Partido Liberal (PL) em 2022 para tentar a reeleição, mas não conseguiu.

Especificamente no campo dos direitos LGBTQIA+, uma das medidas mais representativas do desmonte na área promovido por Bolsonaro foi a extinção ainda no início da sua gestão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) – LGBT (juntamente com outros conselhos de políticas públicas) nos primeiros meses de governo, encerrando assim o único espaço institucional para a canalização de demandas da população LGBTQIA+. O Conselho foi recriado em junho de 2019 com uma estrutura radicalmente alterada. A participação de membros da

sociedade civil foi reduzida de 15 para 3 membros e todas as menções à população LGBTQI+ foram removidas. No que se refere à Diretoria de Promoção de direitos LGBT, esta teve redução drástica do seu orçamento em comparação à administração Michel Temer (2016-2018) e os poucos recursos a ele destinados nem chegaram a ser utilizados no ano. A Diretoria acabou sendo extinta em dezembro de 2021 (Pereira, 2023), demonstrando, do ponto de vista institucional, o empenho do governo Bolsonaro em “empurrar” a população LGBTQIA+ para o “armário”, negando a sua existência enquanto sujeito político e reforçando uma visão paternalista na qual seria uma “minorias” passível de sofrer violências, “merecendo” a ação complacente do poder estatal.

Considerações finais

O presente texto discorreu sobre as políticas públicas para a população LGBTQIA+ a partir da análise dos perfis dos ocupantes de cargos federais dedicados a este segmento da população desde o início da gestão petista até os dias atuais. Defendemos que, a despeito das suas limitações, o projeto petista pode ser considerado participativo; ao passo que o projeto que emerge com Michel Temer e é acentuado com a eleição de Jair Bolsonaro é um projeto de cunho autoritário.

Consideramos que a construção da democracia no Brasil e na América Latina não pode ser entendida como um processo linear, coerente e incremental. Pelo contrário: as trajetórias históricas desses países demonstram claramente que a experiência democrática tem sido caracterizada por momentos de ampliação e de retrocessos na implementação de direitos em suas dimensões civil, política e social.

Retomando um recorte dessa trajetória, a chegada do PT ao governo federal representou importante oportunidade de ampliação dos canais de interlocução entre Estado e sociedade civil. Essa ampliação possibilitou a que a temática dos direitos LGBTQIA+ se tornasse “questão de governo”, resultando em diversas políticas públicas, medidas administrativas e decisões judiciais que beneficiaram a população LGBTQIA+, reconhecendo-a como “sujeitos de direitos” (Mello *et al.*, 2012; Gomes da Costa, Perez, Szwako, 2017; Feitosa, 2017; Aguião, 2018; Pereira, 2023).

Contudo, o projeto participativo implementado pela gestão petista não conseguiu romper com os traços autoritários arraigados no sistema político brasileiro. A ampliação dos canais de participação para a população LGBTQIA+ não viabilizou a aprovação de legislações que institucionalizassem a promoção dos direitos LGBTQIA+ no Congresso Nacional. Como mencionado anteriormente, ao longo do período analisado, várias propostas legislativas foram debatidas (a exemplo da criminalização da homofobia e transfobia e o reconhecimento das uniões homoafetivas como família). No entanto, a acirrada oposição de parlamentares conservadores, com especial protagonismos daqueles vinculados a denominações religiosas evangélicas

neopentecostais, frustrou a aprovação de leis pró-diversidade sexual. Alguns desses parlamentares participaram da coalizão de governo que garantiu a sustentação parlamentar dos governos Lula I e II (2003-2010) e Dilma Rousseff I (2011-2014). Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, muitos desses parlamentares, a exemplo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), passaram a se opor explicitamente à então presidenta, assumindo a dianteira das manobras pelo seu *impeachment*. A votação na Câmara dos Deputados pela admissibilidade do *impeachment* foi recheada de referências a “Deus” e contrárias à chamada “ideologia de gênero”.

A adesão de Jair Bolsonaro ao projeto autoritário ficou explícita desde o primeiro ano de seu governo. Ele se colocou contrariamente à participação de movimentos sociais que lutam por direitos, extinguindo instituições de participação (a exemplo do CNCD/LGBTQIA+), exonerando militantes ou mesmo indivíduos que tenham atuado em governos de partidos políticos filiados ao campo progressista (principalmente do PT), nomeando em seu lugar militares e políticos vinculados às bancadas do agronegócio, evangélica, e da segurança pública, defensores do conservadorismo moral. Entre os cargos burocráticos, o governo Bolsonaro indicou pessoal técnico de qualificação duvidosa, realizando, inclusive, diversas exonerações de indivíduos que não demonstraram adesão “suficiente” ao projeto autoritário, condição *sine qua non* para a permanência no governo.

O projeto político autoritário não só passou a ocupar o cume do sistema político brasileiro, mas se disseminou em diversos setores da sociedade brasileira. As demandas por fechamento do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal (STF) e por intervenção das forças armadas na política estão cada vez mais presentes nas mobilizações sociais desde ao menos 2014.

Embora o projeto autoritário tenha logrado reassumir espaços centrais nas instituições e na sociedade, o projeto participativo continuou ativo na disputa pela construção democrática no Brasil. Por exemplo, uma grande mobilização também foi feita para barrar os projetos que tinham como intenção silenciar os professores. Em 2019, o ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT-SP), protocolou um Projeto de Lei chamado “Escola Livre”, enquanto a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolou o “Escola sem Mordaça”, ambos destinados a combater as propostas de “Escola sem Partido”, com o argumento de que o professor deve ter liberdade ao ensinar e de que o combate à doutrinação nas escolas é na verdade um combate aos ideais de esquerda. O Poder Judiciário também desempenhou importante papel para “frear” o avanço do projeto autoritário, ao declarar leis inspiradas pelos princípios do “Escola sem Partido” inconstitucionais e ao criminalizar a homofobia e transfobia em 2019, caracterizando-a como um tipo de “racismo social” sob a guarida de Lei nº 7.716/1989.

E como os projetos continuam em disputa, agora foi a vez do participativo ascender com a eleição em 2022 de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores para a Presidência da

República pela terceira vez – indicando um novo ciclo político no qual os direitos sexuais e reprodutivos podem reassumir o protagonismo nas políticas públicas e nos debates legislativos.

Em suma, o artigo demonstra os limites e as possibilidades da promoção dos direitos para a população LGBTQIA+ na administração petista, assim como os impactos da ascensão do projeto autoritário no campo dos direitos LGBTQIA+ representado pelo governo Bolsonaro. Consideramos que o momento histórico demanda revisões acerca dos impactos da passagem do PT pelo governo federal, bem como reflexões sobre as repercussões do projeto autoritário implementado pelo governo Bolsonaro.

Referências

- ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa (2011), “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, ano 13, n. 28, pp. 52-84 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNfHTjZvHmJfVsN6tTQ/abstract/?lang=pt>
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. (2014), “Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula”. *Dados*, v. 57, pp. 325-357 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/8ZJqHY9tmRfJ4x4Ny4SB7tL/abstract/?lang=pt>
- AGUIÃO, Silvia (2018), *Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Ed. UERJ.
- A CAPA (2011), “A homofobia é um ato intolerável”, diz novo coordenador nacional de políticas LGBTQIA+. 14 de janeiro de 2011. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://acapa.disponivel.uol.com.br/a-homofobia-e-um-ato-intoleravel-diz-novo-coordenador-nacional-de-politicas-LGBTQIA/>
- A CAPA (2009), Lésbica, Michelle Meira é a coordenadora nacional LGBTQIA+. Entrevista concedida em 2 de dezembro de 2009. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://acapa.disponivel.uol.com.br/lesbica-michelle-meira-e-a-coordenadora-nacional-LGBTQIA+-leia-entrevista/>
- BRASIL (2018), 13 estados fazem parte do Pacto de Enfrentamento à Violência LGBTQIA+Fóbica. Julho de 2018. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/julho/13-estados-fazem-parte-do-pacto-de-enfretamento-a-violencia-LGBTQIA+fobica>
- BRASIL (2017), MDH lança campanha de combate à discriminação à população LGBTQIA+. Junho de 2017. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2017/junho/mdh-lanca-campanha-de-combate-a-discriminacao-a-populacao-LGBTQIA+>
- DAGNINO, Evelina *et al.* (2006), *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.
- FEITOSA, Cleyton (2021), “Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil”. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 14, n. 43, pp. 74-89 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11487>
- FEITOSA, Cleyton (2018), “Políticas públicas LGBTQIA+ em tempos adversos: Entrevista com Marina Reidel”. *REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, n. 2, pp. 60-77 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sess/a/PCnblPz5FdVmDKDMqFLZxCy/abstract/?lang=pt>

- FEITOSA, Cleyton (2017), *Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil*. Appris Editora e Livraria Eireli-ME.
- FOLHA DE S. PAULO (2019a), “Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico”. 26 de junho de 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e-apenas-sexo-biologico.shtml>
- FOLHA DE S. PAULO (2019b), “Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir “ideologia de gênero”. 3 de setembro de 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/bolsonaro-pede-a-mec-projeto-de-lei-para-proibir-ideologia-de-genero.shtml>
- FOLHA DE S. PAULO (2016), “Ministério de Temer deve ser o primeiro sem mulheres desde Geisel”. 12 de maio 2016. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770420-ministeriado-de-temer-deve-ser-o-primeiro-sem-mulheres-desde-geisel.shtml>
- FOLHA DE S. PAULO (2009), “Bancada evangélica emperra projetos de gays no Congresso”. 13 de junho de 2009. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://m.folha.uol.com.br/poder/2009/06/580513-bancada-evangelica-emperra-projetos-de-gays-no-congresso.shtml>
- G1 (2019a), “Decreto muda estrutura da área de combate à Aids no Ministério da Saúde”. 22 de maio 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/22/decreto-muda-estrutura-da-area-de-combate-a-aids-no-ministerio-da-saude.ghtml>
- G1 (2019b), “Jair Bolsonaro assina desfiliação do PSL, diz advogado; partido reconduz Bivar à presidência”. 19 de novembro 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/19/jair-bolsonaro-assina-desfiliacao-do-psl-diz-advogado-partido-reconduz-bivar-a-presidencia.ghtml>
- G1 (2019c), “Menino veste azul e menina veste rosa’, diz Damares Alves em vídeo”. O Globo, 03 de janeiro de 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>
- G1 (2011), “Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit”. 26 de maio de 2011. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>
- G1 (2018), “Luislinda Valois é demitida do Ministério dos Direitos Humanos”. O Globo, 19 de fevereiro de 2018. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/luislinda-valois-demitida-do-ministerio-dos-direitos-humanos-22412163>
- GOMES DA COSTA, Gustavo; MELO, Bruno Leonardo R. (2019), “The opposition to LGBT rights in the Brazilian National Congress (1986-2016): actors, dynamics of action and recent developments”. *Sociologies in Dialogue*, v. 4, n. 1, pp. 80-108.
- GOMES DA COSTA, Gustavo; PEREZ, Olívia C.; SZWAKO, José L. (2017), “Gêneros da participação: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal”. *Estudos de Sociologia (UFPE)*, v. 23, pp. 19-74. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237054>
- GOMES DA COSTA, Gustavo; FEITOSA, Cleyton Pereira (2017), “Políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBTQIA+ em Pernambuco”. *Estudos de Sociologia (UFPE)*, v. 23, pp. 279-312. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237061>
- GURZA LAVALLE, Adrian *et al.* (2017), “Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência”. *Texto Para Discussão CEM (Online)*, v. 19, pp. 1-40 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://repositorio.usp.br/item/002964451>
- JUCÁ, Beatriz (2019), “Conselhos sociais sobre indígenas, LGBTQIA+s e população de rua estão na mira de Bolsonaro”. *El País*, 22 de abril de 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555364075_912856.html

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (2018), “‘A invenção da’ ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, *Revista Psicologia Política*, 18(43), pp. 449-502. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004
- LADO A. (2010), “Entrevista com Igo Martini”, *Edição #30*, Fevereiro/Março 2010. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://issuu.com/ladoa/docs/ladoa30>
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela (2012), “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades”. *Cadernos Pagu*, pp. 403-429 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFgWsW9c5w8mnw>
- MIGUEL, Luís Felipe (2016), “Da ‘doutrinação marxista’ à ideologia de gênero – Escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro”. *Revista Direito e Práxis*, v.7, n. 15. pp.590-620. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>
- MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano (2017), “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, pp. 725-748 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>
- MONTESANTI, Beatriz (2019), “Oposição à causa LGBTQIA+I não piorou, diz diretora trans da gestão Bolsonaro”. 24 de março de 2019. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/24/mulher-trans-mantem-a-pauta-LGBTQIA+i-do-interior-do-governo-bolsonaro.htm>
- NALON, Tai (2017), “Governo Temer reduz a zero repasses a políticas contra homofobia; Planalto diz investir em campanha”. 29 de setembro de 2017. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/29/governo-temer-zera-repasses-a-politicas-contr-homofobia-planalto-diz-fazer-campanha.htm?cmpid=copiaecola>
- PEREIRA, Matheus (2023), “Movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas: Princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBT+ e PT”. *Novos estudos CEBRAP*, v. 41, pp. 467-486 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/gjM4nczHx3mMjykdPkncHSm/abstract/?lang=pt>
- PIRES, Roberto C.; VAZ, Alexander C. N (2014), “Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal”. *Lua Nova*, v. 93, pp. 61-91. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300004>
- QUEIROZ, Antônio Carlos (2004), *Politicamente correto e direitos humanos*. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf
- RICHARD, Ivan (2011), *Conferência Nacional de LGTB foi marcada por protestos contra suspensão da distribuição do kit homofobia*. 15 de dezembro de 2011. [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-12-15/conferencia-nacional-de-lgtb-foi-marcada-por-protestos-contr-suspensao-da-distribuicao-do-kit-homofo>

Recebido em 28-01-2023

Modificado em 09-03-2023

Aceito para publicação em 05-05-2023